



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10659 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

DOUTORADO PROFISSIONAL E O NOVO PARADIGMA DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

Philippe Drumond Vilas Boas Tavares - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Lucídio Bianchetti - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

DOUTORADO PROFISSIONAL E O NOVO PARADIGMA DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

O principal paradigma que predominou nas décadas iniciais da pós-graduação (PG) no Brasil foi a formação de professores, visando suprir os quadros docentes das universidades brasileiras com mestres e doutores. No entanto, a partir de meados da década de 1990, surgiu um novo paradigma: a formação de pesquisadores - em função dos critérios de avaliação da CAPES para a (PG) terem passado da ênfase na formação de professores para a formação de pesquisadores. É quando também fica mais visível o quanto o financiamento está acoplado à avaliação (BIANCHETTI; FÁVERO, 2005).

Com a aprovação do Mestrado Profissional (MP), em 1998, surge uma nova modalidade da PG *stricto sensu*, ressignificando, assim, este nível de formação de tal forma que é possível afirmar tratar-se de um novo paradigma da PG brasileira, com a criação de uma “cultura profissional da pós-graduação”, haja vista que o Doutorado Profissional (DP) foi aprovado recentemente por meio da Portaria nº. 389, de 23 de Março de 2017, de autoria do Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

As reformas educacionais ocorridas na década de 1990 reorganizaram o cenário educacional do país, sofrendo não apenas influência, mas sendo afetadas diretamente pela ideologia neoliberal. Marcada por uma nova terminologia acerca dos pressupostos da educação do século XXI, esta ideologia conseguiu penetrar em todos os níveis da educação no tocante à formulação de políticas públicas e de novas parcerias entre a sociedade civil e a sociedade política.

Um discurso recorrente foi o da “profissionalização da educação”, buscando elevar os padrões educacionais a um novo patamar, no nível de países desenvolvidos. Um novo vocabulário foi apresentado nos documentos voltados à educação, com termos como “empregabilidade”, “inovação”, “autonomia”. Como evidenciado por Shiroma (2003), houve, na década de 1990, uma nova retórica a partir de *slogans* criteriosamente selecionados pelos formuladores dos documentos e das políticas educacionais deste período.

Esta ótica reducionista do conceito de profissionalização vem ganhando espaço nos documentos elaborados pelas instituições hegemônicas do ideário liberal, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM), por exemplo, que atuam em consonância com os discursos das elites orgânicas dos países centrais e também do Brasil. Tais organismos, principalmente o BM, influenciaram direta e indiretamente na elaboração das portarias que regem o mestrado profissional (BRASIL, 1998; BRASIL, 2017) por meio de seus documentos elaborados no período concomitante com a institucionalização das políticas públicas para a PG em nível profissional, especificamente no que diz respeito à inculcação de novos significados para os termos “inovação” e “tecnologia”, foco dos MP, inclusive o de educação.

A literatura especializada já vem apontando a relação existente entre estes organismos internacionais e seus papéis exercidos na sociedade contemporânea, operando nas áreas de assistência técnica e financeira por meio de ajustes estruturais nos países em desenvolvimento, bem como no financiamento e orientação de políticas setoriais específicas, como é o caso do setor educacional (SGUISSARDI; AMARAL, 2000; QUARTIERO; BIANCHETTI, 2005; DE MARI, 2006; PEREIRA, 2010).

O dualismo existente na PG brasileira, a demanda da classe trabalhadora por cursos de capacitação e as novas configurações da sociedade capitalista a partir da década de 1990 possibilitaram, dentre outros fatores, que surgisse o MP, onde a questão sobre a formação de professores ou de pesquisadores agora é complementada pela formação profissional, já evidenciada no Parecer Sucupira (BRASIL, 1965) que propunha a criação de cursos com orientação profissional. Contudo, não havia naquele momento as diretrizes para definir o que significava o termo profissional em se tratando de PG. Esta temática só foi abordada documentalmente em 1995. É neste ano que a CAPES cria um grupo-tarefa interdisciplinar para refletir sobre o modelo de PG e regular a criação de MPs (FISCHER, 2003).

É justamente neste ponto que se alicerça nossa questão-problema: se o Parecer Sucupira já anunciava em seu conteúdo a possibilidade de uma formação profissional por meio da PG *stricto sensu* em 1965, por que esta modalidade só veio a surgir em meados da década de 1990? Qual o contexto que propiciou o crescimento desta nova modalidade de PG a ponto de ser aprovado agora em 2017, mais de 50 anos depois da elaboração do Parecer Sucupira, o curso de DP?

Desta forma, a presente pesquisa, em andamento, objetiva investigar a instituição e efetivação da modalidade de DP no atual contexto da PG brasileira.

Do ponto de vista metodológico a abordagem é qualitativa, de cunho exploratório, sendo utilizados como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, assim como a aplicação de questionários e entrevistas estruturadas e semi-estruturadas.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão analisados sob o viés da Análise de Discurso Crítica (ADC), consistindo em ponderações críticas e conjecturais, partindo do entendimento do discurso como modo de ação que, por sua relação dialética com a estrutura social, permite investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001).

Para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001) sugere uma análise tridimensional explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente: “um texto” (análise linguística); “uma prática discursiva” (análise da produção e interpretação textual); “uma prática social” (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo). A análise textual pode ser organizada a partir de categorias como: vocabulário, gramática, coesão, e estrutura textual, numa escala ascendente. Na análise da prática discursiva serão usadas especificamente três categorias formais (que também estão interligados a traços textuais): a força dos enunciados, os tipos de atos de fala, a coerência e a intertextualidade dos textos. Já na análise da prática social, o conceito de hegemonia utilizado na proposta de Fairclough é recuperado dos estudos desenvolvidos por Gramsci (1999).

Os resultados iniciais da execução investigativa apresentam dados que descortinam uma realidade com nuances compatíveis com a problemática de pesquisa levantada, sendo que os resultados iniciais nos campos da avaliação e do crescimento dos programas de PG profissional indica algumas tendências contrastantes com o campo acadêmico. Vejamos: dos 3495 cursos de mestrado registrados na Plataforma Sucupira em 2017, 39% possuíam nota 3 na avaliação da Capes, 33% possuíam nota 4, 16,5% possuíam nota 5, 7,5% possuíam nota 6 e apenas 4% possuíam nota 7. Estes dois últimos grupos são avaliados juntamente com os cursos de doutorado dos respectivos programas, uma vez que a avaliação máxima para um programa que possua apenas curso de mestrado é 5. Já a modalidade profissional apresenta os seguintes resultados: 74% dos cursos de MP possuíam nota 3, enquanto 21,5% possuíam nota 4 e apenas 4,5% possuíam nota 5.

Quadro 1: Avaliação dos cursos de mestrado acadêmico e profissional, Brasil, 2017.

NOTA CAPES	MESTRADO ACADÊMICO	MESTRADO PROFISSIONAL
3	1361 (39%)	572 (74%)

4	1146 (33%)	167 (21,5%)
5	578 (16,5%)	32 (4,5%)
6	265 (7,5%)	0 (0%)
7	1454 (4%)	0 (0%)
TOTAL	3495 (100%)	771 (100%)

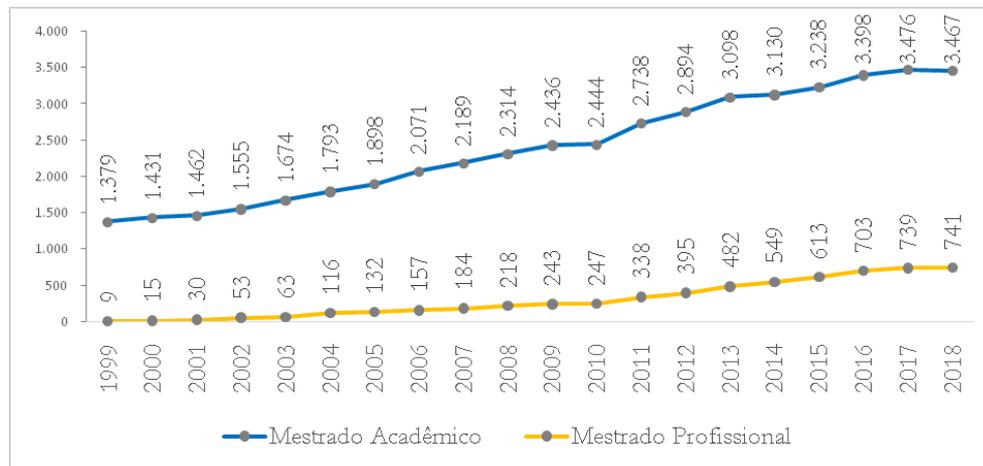
Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES (2017). Adaptado pelo autor.

No campo da Educação, a distância entre estas duas modalidades no tocante à avaliação é ainda maior. Enquanto no mestrado acadêmico o percentual de programas com avaliação nota 3 é de 28% (32 programas), no MP esta porcentagem salta para 91% (32 programas de 35). Apenas dois programas: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) possuem nota 4 e o programa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresenta nota 5. Uma característica em comum destas instituições que possuem MP em educação bem avaliado é a existência de um programa de doutorado em Educação nota 7, no caso da UFMG e da UNISINOS. Isso mostra que a tradição de excelência de um programa acadêmico tende a permanecer na proposta do MP.

Esta constatação pode ser visualizada na avaliação do MP. Como seu produto final não precisa ser necessariamente uma dissertação, que venha a gerar artigos passíveis de publicação, principal ponto da avaliação da Capes, os resultados destas modalidades podem ser apresentados como uma patente, *software*, *hardware*, planos de intervenção prática, elaboração de projetos políticos pedagógicos e documentos afins, dentre outras formas de apresentação que, por sua vez, não se encontram avaliadas adequadamente pelo atual sistema de avaliação da PG. Com a aprovação do DP é possível afirmar que o sistema de avaliação sofrerá um forte impacto, uma vez que no atual modelo de avaliação, um programa que possua apenas o curso de mestrado alcança no máximo a nota 5 e para solicitação de aprovação de um curso de doutorado a nota mínima do curso deve ser 4.

Como abordado acima, as notas do MP não são um indicador suficiente para apreender a totalidade das experiências existentes nesta modalidade, uma vez que algumas especificidades do MP não são completamente contempladas pela avaliação da Capes. Desta forma, o resultado da avaliação não pode ser o único referencial de qualidade destes cursos. Qual foi então o critério utilizado pelo governo para aprovação do DP? Seria o crescimento do MP? O gráfico abaixo demonstra como esta modalidade apresenta uma curva ascendente, comparado com a modalidade acadêmica:

Gráfico 1: Evolução do Número de Programas de Mestrado, Brasil, 1999-2018.



Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES (2021). Adaptado pelo autor.

Em 1999, a proporção de programas de MP em relação aos mestrados acadêmicos era de 0,65%. Neste ano, foram criados os nove primeiros programas de MP e, ademais, nove cursos nesta modalidade foram oferecidos por programas tradicionais de mestrado, que também ofereciam mestrado acadêmico. A partir de 2005, os cursos de MP passaram a ser oferecidos apenas programas especializados nesse tipo de mestrado, mesmo que vinculados a instituições que oferecem outras modalidades de PG. Em 2009, existiam 243 programas de MP, número esse que representava 9% do total de programas de mestrado. Em 2018 este número saltou para 22%, aproximadamente.

As grandes áreas que apresentaram crescimento no número de cursos de mestrado, como Engenharias, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, alcançaram uma média de 150% de crescimento neste período de 1999 a 2018. Duas grandes áreas apresentaram um crescimento elevado quando comparadas às demais: Ciências Sociais Aplicadas (284%) e Multidisciplinar (1144%). É interessante notar que parte significativa do crescimento da grande área Multidisciplinar deveu-se à forma intensa como ela tirou proveito da oportunidade representada pelos cursos de MP, que começaram a existir no ano de 1999. Ao final do período, em 2018, 44% dos cursos de mestrado da grande área Multidisciplinar eram da modalidade de mestrado profissional (BRASIL, 2021). Esta é a maior participação desse tipo de mestrado em qualquer grande área do conhecimento, característica já evidenciada por Ribeiro (2005, p. 11) ao definir que o MP possui “vocação interdisciplinar”.

Os programas de doutorado acadêmico também vêm crescendo a taxas muito significativas no Brasil. Apesar de as taxas de crescimento anual terem variado muito ao longo dos anos, a média aritmética dessas taxas foi de 6,5% no período 1999-2016. Em 1999, existiam 761 programas de doutorado no Brasil e em 2020, esse número já havia alcançado 2330 (CAPES, 2021). Por mais que este crescimento seja significativo, os números absolutos em comparação com outros países ainda estão longe do ideal. A proporção de doutores na população brasileira é de 7,6 para cada 100 mil habitantes, enquanto em países como o Japão este número salta para 13, nos Estados Unidos é de 20 e no Reino Unido chega a 41 (CGEE, 2016).

Como praticamente não houve crescimento dos programas de doutorado nos últimos anos do período e por mais que haja um crescimento na casa dos 200% no período - 1999 a 2016 – sendo a grande área Multidisciplinar a área que apresentou o maior crescimento, assim como no caso do mestrado, o número de doutores titulados no Brasil ainda é muito baixo. Seria então o DP uma tentativa de impulsionar estes números, como ocorreu no mestrado?

Fischer (2003, p. 20) afirma que desde o início, o sistema de PG vive uma espécie de “síndrome bipolar”, com dilemas e tensões entre os valores e critérios acadêmicos e as pressões do mundo do trabalho. Desta forma, não é por acaso que o MP “é alvo de polêmica da comunidade científica, aceito e rejeitado por instituições de peso, por representações e lideranças acadêmicas”. Uma das maiores preocupações em relação à aprovação desta modalidade se deu em função do comprometimento do caráter de formação e preparação para a pesquisa que a PG *stricto sensu* possui. Severino (2006, p.11) é enfático ao afirmar que a aprovação desta modalidade representa “um grave equívoco na política nacional de pós-graduação e trará pesadas consequências para o futuro desse nível de ensino”. O autor complementa que “efeitos perversos advirão para o meio acadêmico, em função do impacto negativo na característica básica da pós-graduação *stricto sensu*, qual seja, a pesquisa”.

Esta rejeição encontra-se, de certa forma, superada devido a dois fatores: (i) a definição constante no PNPG 2011/2020, onde a Capes expressa que o MP está localizado entre o mestrado e o doutorado acadêmicos e a PG *lato sensu* (CAPES, 2010, p. 127, grifo nosso) e (ii) pela aprovação da Portaria 389 do MEC, de 23 de março de 2017, que institui o DP, reforçando o caráter de continuidade da proposta inicial do MP.

Com o andamento da pesquisa, será possível estabelecer parâmetros de observação e análise da modalidade profissional da PG com a divulgação do resultado da avaliação quadrienal da Capes em 2021 e a publicação da Portaria do MEC nº. 389 que trata da aprovação do curso de DP, acompanhando a evolução desta modalidade, tendo esta pesquisa a característica de acompanhamento de todas estas alterações de grande significância para a PG brasileira, uma vez que ao contextualizar estas mudanças no campo político, econômico e social e contrastá-las com a opinião de especialistas da área, será possível afirmar se estamos diante do surgimento de um novo paradigma da PG brasileira e de como ele se constitui.

Um dado final para contextualizar esta nova fase da PG brasileira foi o resultado da aprovação dos doutorados profissionais submetidos à Capes em 2018. Das 96 propostas de curso de programas de PG de todo o país submetidas à avaliação, a Capes aprovou 16 Doutorados Profissionais, sendo 15 institucionais e um (1) em rede. Os cursos aprovados abrangem diferentes áreas do conhecimento: Biodiversidade, Biotecnologia, Ciência Política e Relações Internacionais, Educação, Educação Física, Ensino, Farmácia, Interdisciplinar, Materiais, Medicina Veterinária, Odontologia e Saúde Coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Pós-graduação. Mestrado e Doutorado

Profissional.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio; FÁVERO, Osmar. Maria Julieta Costa Calazans: O papel do IESAE e da ANPED na pós-graduação em educação. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Anped, n. 30, p. 151-161, set/dez 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parecer nº 977/65**. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf, acesso em 20/03/2022.

_____. Portaria Nº. 389, de 23 de Março de 2017. **Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu**. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/24032017-PORTARIA-No-389-DE-23-DE-MARCO-DE-2017.pdf>, acesso em 24/01/2022.

_____. Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998. **Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>, acesso em 02/02/2022.

CAPES. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília: Capes (vol. 1), 2010.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil**. 2021. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. Acesso em 17/03/2022.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plataforma Sucupira. **Avaliação dos cursos de mestrado**. Brasil, 2017. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>, acesso em 23/02/2022.

CGEE - CENTRO DE GESTAO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS. **Mestres e Doutores 2015**: Estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, 2016

DE MARI, Cezar Luiz. **Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas**. Tese (doutorado). Florianópolis: PPGE/UFSC , 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FISCHER, Tânia. Seduções e riscos: a experiência do mestrado profissional. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 43, n. 2, p. 119-123, abr./maio/ jun. 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1999.

QUARTIERO, Elisa M.; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Educação Corporativa**. Mundo do trabalho e do conhecimento: Aproximações. Sta. Cruz do Sul: EDUNISC e São Paulo: Cortez, 2005. P. 288-312.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p? 11. 2005

SEVERINO, Antônio Joaquim. O mestrado profissional: mais um equívoco da política nacional de pós-graduação. **Revista de Educação PUC - Campinas**. Campinas, n. 21, p. 9-16. Nov. de 2006.

SGUISSARDI, Valdemar; AMARAL, Nelson Cardoso. O Banco Mundial revisa posições: quem há de pagar a conta? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 18, n. 33, p. 65-76, jan. 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de. (Org.) **Illuminismo às Avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2003.